

Por uma Clínica do Trabalho Antirracista

For an Anti-Racist Work Clinic

Tatiane Oliveira; Fernanda Spanier Amador

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO:

O presente artigo propõe uma discussão no âmbito Clínico do Trabalho indicando que o racismo estrutural está presente na história dos ofícios. Apresenta-se passagens de pesquisa realizada com docentes mulheres negras da educação básica estadual, enfatizando as estratégias das Estilizações Marginais, essas um recurso por elas empregado diante do pacto da branquitude. Propõe-se o debate racial no campo do trabalho visando promover uma Clínica do Trabalho Antirracista.

Palavras-chave: Clínica; Trabalho; Antiracismo.

ABSTRACT:

This article intends promote discussion about work clinic established considering that structural racism exist all long in history of Craft. It presents excerpts from a research conducted with black women teachers of state elementary school. In these lines, we reinforce the marginal style strategies, which are used by teachers as an act to face the whiteness pact. It proposes a debate on the field of work to promote an anti-racist work clinic.

Key-words: Clinic; Work; Anti-racism.

DOI: 10.12957/mnemosine.2022.71185

Pelas palavras de Evaristo (2005), o ato da escrita pode ser, por vezes, doloroso, mas é no desenrolar dessa ação que a dor vai se acomodar. Para mim, isso não foi diferente. Desafiar-me a escrever sobre a violência racista no trabalho, entendida como todo o ato violento motivado por práticas racistas, levou-me a tensionar o campo das Clínicas do Trabalho, que se ocupa da tríade trabalho-subjetivação-saúde (BARROS; AMADOR, 2017), durante o percurso do mestrado em Psicologia Social e Institucional,

na direção de sua racialização. Neste estudo ocupamo-nos, eu e minha orientadora que me acompanha como coautora deste capítulo, notadamente, da abordagem da Clínica da Atividade (CLOT, 2010), que analisa o processo experimentado pelas pessoas quando fazem, pelo Trabalho em Situação, a gestão da distância entre o Trabalho Prescrito e o Trabalho Real; pelo trabalho como atividade, portanto. A dissertação intitula-se Racializar o problema Clínico do Trabalho: professoras negras e experiência do trabalho como atividade na educação básica e foi defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional/ufrgs.

É relevante mencionarmos que a proposta de racializar as Clínicas do Trabalho, a partir da racialização dos operadores conceituais da Clínica da Atividade, dá-se pela pertinência de apontar o quanto esses conceitos nascem e se desenvolvem em meio ao privilégio epistêmico (GROSFUGUEL, 2016) que os homens ocidentais trazem consigo. É pelo privilégio epistêmico que determinados conhecimentos se tornam hegemônicos, assumindo uma posição de universalidade e neutralidade, desqualificando os demais conhecimentos que se produzem por outros corpos. Assim, racializar é nomear o quanto essas produções, supostamente universais, são saberes localizados e produzidos por homens brancos europeus e a partir daí recolocar as problemáticas para análise.

Conforme Souza, Damico e David (2020, p.6), “é necessário romper com o tecido socioepitelial da branquitude, seu megacorpo narcísico e negacionista que inclui todas as subjetividades que se nutrem dos privilégios que dele advêm”. Nesse sentido, racializar as Clínicas do Trabalho implica em percorrer caminhos problemáticos de pesquisa que discutem a complexa dinâmica da negritude e da branquitude em meio à experiência de microgestão dos processos de trabalho, visando afirmar “um exercício político-discursivo que mapeia essa produção negada pela branquitude” (SOUZA; DAMICO; DAVID, 2020, p.5). Trata-se de discutir a dimensão racializada da experiência por entre a história do ofício a qual permite-nos compreender como o racismo sustenta certos gêneros profissionais. Gêneros esses que se referem ao estoque, patrimônio de recursos para agir gerados na atividade. O gênero profissional necessita ser estilizado para que mantenha sua vitalidade o que implica movimentos de transformação nos modos de trabalhar (CLOT, 2010).

Sabemos que a branquitude pode ser entendida como uma territorialidade, lugar de privilégio e poder não compartilhável (BENTO, 2002). Por isso a pertinência de que pessoas brancas reconheçam sua posição de privilégio que produz a subalternização de corpos que não se enquadram como brancos, sendo crucial uma branquitude crítica

(CARDOSO, 2010) para a tecitura de ações antirracistas no âmbito das Clínicas do Trabalho. Assim, racializar o campo das Clínicas do Trabalho, para nós, consiste no processo de colocação de problemas no que tange à produção negada nessa esfera de produção de conhecimento relacionada ao racismo, que atravessa as relações de trabalho e as microgestões cotidianas dos processos de trabalho. Além disso, implica trazer ao debate as disputas racistas e antirracistas travadas por entre o trabalho em ato de trabalhadoras e trabalhadores.

A proposição da interlocução entre raça-gênero e Clínica da Atividade pela pesquisa de mestrado realizada junto a professoras negras da rede estadual de educação do Estado do Rio Grande do Sul se concretizou pelo fato de o Brasil ser um país marcado pela escravização dos negros, fazendo-se necessário que estudos no âmbito das Clínicas do Trabalho considerem essa especificidade, uma vez que a escravização deixou marcas estruturais no âmbito do trabalho, tanto do ponto de vista de espaços de inserção das pessoas negras e brancas quanto da dinâmica travada de gestão dos processos de trabalho por entre os ofícios. Apontamos a questão de gênero como algo pertinente na nossa discussão, tendo em vista que a experiência vivenciada pelas trabalhadoras negras e pelos trabalhadores negros têm distinções que precisam ser consideradas quando nos propomos a analisar o trabalho como experiência.

Foi assim que analisamos, junto a professoras negras que atuam na educação pública estadual no estado do Rio Grande do Sul, aspectos de suas experiências de trabalho como atividade, além de explorar elementos raciais nessa análise. Para isso, observamos o trabalho para além da mera execução de tarefas mecanizadas, mas como uma atividade plena de virtualidades (NEVES; FONSECA, 2016), ou “um plano potencial de ação, em que forças de criação são ativadas para que novos modos de fazer possam surgir” (ROCHA; AMADOR, 2018, p.4).

O trabalho, por essa perspectiva, dialoga com o conceito de normatividade (CANGUILHEM, 2012) e sua capacidade de recriar-se na direção de sua expansão, na busca de novos modos de viver e trabalhar. Assim, além de enfrentar os constrangimentos cotidianos que são próprios do trabalho, tal atividade implica estar em movimento. Nesse sentido, a pesquisa se fez na tentativa de produzir indagações que construam pluralidades nos modos de viver e trabalhar e que envolvem análises da dimensão racial presente na feitura dos ofícios. Foram traçadas por ela linhas de problematização que trouxeram as questões de raça para esse debate clínico do trabalho, considerando a especificidade de ser uma das pesquisadoras e autora deste escrito uma trabalhadora negra.

Desse modo, o trabalho foi colocado em análise desde a perspectiva do ofício, que significa entendê-lo como uma construção coletiva que precisa ser cultivada por meio de cada ato laborativo. Significa tomá-lo como algo inacabado, em constante reinvenção, para que se possa seguir agindo no mundo e por ele. O agir em Clínica da Atividade refere-se ao ato que se afirma na potência do encontro. Trata-se de algo que vai além do fazer coisas, implica criar novas relações entre os termos na perspectiva de uma expansão do poder de agir coletivo.

Esse posicionamento implica tomar o trabalho para além de uma prática, ou seja, uma atividade ou uma profissão, mas como uma discordância criativa entre suas quatro instâncias (pessoal, impessoal, interpessoal e transpessoal), com livre trânsito entre elas. O ofício é nômade. Ele é movimento e, quando aprisionado em um de seus registros, perece. Sendo vivo, reinventa-se, no momento em que confronta o real do trabalho, atacando seus próprios limites (CLOT, 2013). Assim, entender o trabalho por essa via e em uma perspectiva racializada implica considerar todo esse dinamismo a cada ato colocando em questão os marcadores de raça e gênero nesse processo.

Produzindo a pesquisa comoforasteira de dentro

O conceito de forasteira de dentro (COLLINS, 2016) nos auxiliou nesse tensionamento das Clínicas do Trabalho na direção do debate racial. A autora menciona que a posição de forasteira de dentro era ocupada pelas trabalhadoras domésticas nas residências onde elas trabalhavam, pois o fato de que, por mais que seus empregadores mencionassem que elas eram como “da família”, elas sabiam que isso não era verdadeiro. Ou seja, ainda que essas trabalhadoras domésticas soubessem e participassem da rotina dessas famílias, elas não pertenciam a esse grupo. Isso implica em, ao mesmo tempo, estar presente e não pertencer, pois os valores e práticas que compõem esses espaços estão ancorados em valores da branquitude. Assim, para tecer esse estudo desafiei-me a ocupar e me manter nessa posição de forasteira de dentro no âmbito do próprio trabalho acadêmico.

Isto porque fez-se necessário provocar deslocamentos, problematizações, rupturas naquilo tudo que já se encontrava estabelecido sob o ponto de vista dos valores da branquitude e que se apresenta também como verdade universal nos espaços da academia. Trata-se de indagar até que ponto as teorias utilizadas para estudar e entender o campo do trabalho e das clínicas do trabalho não estariam embasadas em epistemologias que não

reconhecem os atravessamentos do racismo estrutural na construção dos seus conceitos e na colocação dos seus problemas.

Exercendo a psicologia em uma Secretaria de Saúde no Setor de Saúde do Servidor, onde igualmente sustento essa posição de forasteira de dentro, que tem um número reduzido de profissionais negros, principalmente em funções de nível superior, uma vez que segundo dados publicados pelo Sindicato dos técnicos-científicos do Rio Grande do Sul (STENGERS), apenas 3% dos servidores ocupantes de cargos de nível superior são negros, possibilita-me escutar questões silenciadas no que se refere a comportamentos racistas no trabalho que podem ser facilmente naturalizadas nas relações. Assim, a seguinte fala de uma trabalhadora, “Se eu não gritar eles não me escutam!”, coloca-me em contato com o lugar do qual ela fala e do qual eu escuto: mulher negra em espaço laboral em uma sociedade marcada pelos valores da branquitude.

Por ser psicóloga e negra, escutar isso e entender o que ela diz em sua magnitude racializada só se torna possível por eu habitar essa posição de forasteira de dentro, no meu fazer profissional. Ou seja, trata-se de escutar essa fala e as demais que chegam até o serviço de saúde do servidor, colocando em questão o quanto desses discursos têm as marcas de quem ocupa uma posição subalternizada e ativando análises que evidenciam as “brutas” sutilezas do cotidiano que em seus contornos racistas.

Enquanto tecíamos a problemática da pesquisa, toda vez que conversava com as professoras negras, abria-se um convite à reflexão a respeito da sua própria história antes do trabalho docente, bem como do exercício do trabalho por onde se entrevia a experiência de constante embate e luta para ocupar e permanecer na posição de professora e no ofício docente.

“... Fiz o vestibular para cursar educação física porque tinha certeza de que passaria”. “... Achava meio estranho sermos apenas dois negros na aula, mas nunca pensei muito sobre isso.”

“... Quando cheguei na escola para me apresentar, quem me recebeu me levou até a cozinha, porque achou que eu fosse servente.”

Os embates para ocupar os lugares na universidade e no local de trabalho são seguidos de desafios quando entendemos o trabalho como ofício e sua demanda constante de microgestão dos processos de trabalho pela atividade. Percebe-se que a contribuição das professoras negras à história do ofício e ao gênero profissional docente (CLOT, 2010) parece ser negligenciada. São vozes que, sistematicamente, tentam ser silenciadas ou não são escutadas.

“Performance antirracista que eles estavam, porque o que eu tô vendo é isso: é como se a gente voltasse lá pro 14 de maio! Eles fingem que aceitam a gente, eles fingem que a gente tá livre, que não tem escravidão, eles fingem que estão do nosso lado, que são aliados, mas o lugar de fala é deles! É eles que devem dizer como a gente deve dar aula, o que a gente deve estudar, lembram da gente uma vez no ano ou então quando acontecem esses episódios e depois esquecem e não se fala mais! Então, assim, isso tudo incomoda demais! [...] porque daí, tu vê... que tu tá sozinha”, diz a professora.

História dos ofícios e racismo estrutural

Por termos vivenciado um longo período de escravização da população negra e uma lógica colonial, o racismo no Brasil é entendido como um racismo estrutural (ALMEIDA, 2018), que tem como característica estar presente nas tramas sociais, além de organizar todos os tipos de relações que se estabelecem no cotidiano. No trabalho, atualiza-se e dificulta-se o acesso e a permanência em determinadas posições profissionais por práticas de violência racista que, de tão naturalizadas, tomam contornos de um racismo cotidiano. A escolha de ter como interlocutoras desse estudo professoras negras aconteceu por acreditarmos na potência da luta antirracista no chão das escolas, no enfrentamento cotidiano às práticas de violência racista, no processo constante de aprender e ensinar a ser antirracista.

A escritora Kilomba (2019) nos auxilia a visualizar essa violência que as mulheres negras vivenciam diariamente em sua vida e faz com que tenham que afirmar e sustentar constantemente o direito à existência. Gonzales (1984) também contribui com o debate sobre esse tema, com a sua discussão sobre a maneira como o corpo da mulher negra é permanentemente capturado para permanecer na posição de mulata (hipersexualização dos seus corpos), de babá ou de doméstica (subserviência dos seus corpos) e nos lembra de que a violência racista, a todo momento, atravessa as relações que se estabelecem, logo, está presente também nas relações de trabalho.

No âmbito do trabalho, as denúncias de violência racista aparecem com maior prevalência, de acordo com os registros do Programa SOS Racismo da ONG Maria Mulher (OLIVEIRA; MENEGUEL; BERNARDES, 2009). Como disse uma das professoras negras com quem conversei sobre a violência racista no trabalho: “Tá vivendo essa questão ... pô ela tem que estar ali, é o trabalho dela e ela tá ali levando pedrada todo

o dia”. Logo, é relevante apontarmos a discussão dessas problemáticas no campo das Clínicas do Trabalho.

Dessa maneira, propor tal linha analítica se mostra como um caminho para problematizarmos a produção de existências subalternas, silenciadas, invisibilizadas e objetificadas, que se imiscuem por entre os processos de trabalho. Considerando-se que a saúde, do ponto de vista da Clínica da Atividade (CLOT, 2010), abordagem com a qual operamos para proceder à análise clínica do trabalho, implica a possibilidade de poder agir e contribuir com a história do ofício, indago como se dá a experiência de microgestão dos processos de trabalho para as professoras negras em meio ao racismo estrutural que marca a história de seu ofício?

Spivak (2010) nos lembra que a condição de uma existência subalterna é o silenciamento. Este pode se dar de diversas formas: desde a “não escuta” até a desvalorização dos saberes produzidos por determinados grupos étnicos, em um mecanismo permanente, a fim de mantê-los numa posição de subalternos para que se perpetuem os privilégios para alguns — privilégio entendido como autorização e legitimação vistos como produtores de saberes. Assim abriu-se a linha indagativa proposta na pesquisa que implicou um posicionamento ético, de maneira a descolonizar saberes uma vez que, tanto na esfera do campo das Clínicas do Trabalho quanto no da Clínica da Atividade, mais especificamente, a dimensão racial ainda se encontra em estado incipiente, ou, até mesmo, inexistente.

É importante ressaltar que essa clínica tem sua origem na Europa e que por mais que essa teoria tenha ampliado seu raio de expansão para fora do eixo europeu, permanece, até o momento, uma ausência da discussão racial em interlocução com seus operadores conceituais.

Ao realizar uma busca no mês de maio de 2019 no Portal Scielo nas pesquisas desenvolvidas e que utilizaram os descritores raça —trabalho — gênero (sendo incluído os textos que estavam em português), encontramos estudos que se ocupam da discussão pelos seguintes vieses: as representações sociais do negro, a análise sócio-histórica do trabalho e do trabalhador negro, a prevalência de subempregos para os trabalhadores negros, a prevalência de emprego doméstico, os estudos feministas e padrões hegemônicos das profissões. Esses estudos utilizam abordagens qualitativas, com enfoque na análise sócio-histórica. Destacamos ainda que, nessa busca, encontramos também estudos sobre a problematização da constituição psíquica e da forma como a população negra vivencia o preconceito racial no seu cotidiano (HIRATA, 2014;

MONTEIRO; CECCHETTO, 2009; CASTELAR, ET AL, 2015; MONTEIRO; VILELLA; SOARES, 2014).

Em meio às produções que podem ser encontradas no campo, aquelas aqui mencionadas apontam que o meio acadêmico já tem se preocupado em analisar a discussão racial e suas conexões com o campo do trabalho. Destacam-se, contudo, as produções de pesquisadores e intelectuais negros, no âmbito dos movimentos sociais, quando já traziam, há muito tempo, a questão não só da raça, como também do racismo na composição do mundo do trabalho, antes mesmo dessas discussões estarem presentes no meio acadêmico (GOMES, 2012). Tais estudos foram determinantes, para tensionar a discussão racial e a violência racista na base das relações estabelecidas na nossa sociedade.

Destacamos o movimento na direção de discutir uma psicologia antirracista na esfera do Conselho Federal de Psicologia, no ano de 2017, por meio do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), quando foi lançado o documento “Relações Raciais: referências técnicas para a atuação de psicólogo”. Tal documento preconiza que os profissionais da psicologia atentem a respeito do racismo e seus impactos nos processos de saúde-doença e também, focaliza a maneira como a psicologia tem se colocado frente a essas questões. Acredita-se que esse é um movimento importante, visto que traz o debate racial para dentro dos fazeres da psicologia, “escutando” o que isso tem a dizer dos modos de viver e trabalhar dos sujeitos.

Em meio a tais leituras, bem como as minhas próprias experiências, foi possível pensar e compor o campo problemático de pesquisa, pois elas apontam o quanto a interseccionalidade (raça e gênero) no mundo do trabalho tem sido motivadora de estudos que venham pensar e problematizar essa questão.

Apostar em um estudo que vá na direção de ressaltar a necessidade de uma composição de epistemologia para operar com uma pluralidade de teóricos, alguns pouco estudados na academia, como Sueli Carneiro, Lélia Gonzales, Fanon, Mbembe e demais teóricos negros, fez-se necessário para que se fizesse possível pautar a discussão racial, até então invisibilizada no campo em questão no âmbito do fazer laboral e da história do ofício docente.

Atentas à postura ética em relação à pesquisa que realizamos, lembramos de Spivak (2010), quando ela apresenta o conceito de violência epistêmica. Para a autora, essa violência se mostra pela negação de outras narrativas que não sejam as do colonizador. Logo, para que se possa trabalhar contra a subalternidade é necessário não

tornar os sujeitos subalternos como meros objetos do nosso discurso de resistência, mas de construirmos, junto com eles, meios nos quais eles possam falar e serem ouvidos (SILVA, OLIVEIRA, 2018). Esse cuidado sugerido pelas autoras, de que os pesquisadores não tornem o seu campo de pesquisa como meros objetos, se mostra importante quando se propõe a construir um modo de pesquisar que vá em direção ao enfrentamento das subalternidades.

No Brasil, a subalternidade está fortemente relacionada às questões raciais, pois, se a questão de gênero entrar nessa discussão, esse mecanismo de subalternização posiciona as mulheres negras em um constante processo de silenciamento (SILVA, OLIVEIRA, 2018). Como uma provocação, a autora nos questiona a respeito de por que não vemos tantas mulheres negras ocuparem espaços de poder: seria por incapacidade pessoal, ou pela existência de toda uma estrutura de opressão que nega o acesso a essas mulheres? Não estaria, aqui, a violência racista operando no trabalho?

Para auxiliar nessa reflexão a respeito da relevância da discussão racial e de gênero, o conceito de interseccionalidade mostrou-se crucial. Ainda mais se for considerada a posição que a mulher negra ocupa nessa encruzilhada de opressões (gênero e raça). Pode-se pensar que isso fará com que ela experiencie essas violências de uma outra forma em relação às vivenciadas por mulheres brancas, ou homens negros, por exemplo. Esse conceito começa a ser usado nas décadas de 1970 e 1980 pelas feministas negras norte-americanas, quando elas pontuam que não teria como universalizar a experiência de ser mulher, conforme o movimento feminista pautava. Porém, é com Kimberlé Crenshaw que o conceito começa a operar com mais força, pela sua definição de interseccionalidade como o cruzamento entre racismo, as relações patriarcais, opressão de classe e outros eixos de poder e discriminação que produzem desigualdades, resultando em formas de vivenciar os fatos de maneira diferenciada (COSTA, 2013).

Saliento que a partir da fala da trabalhadora negra, “Se eu não gritar, meus colegas não me escutam”, incômodos surgiram com muita força. Um deles indaga: de que outra forma ela, que ocupa uma posição de existência subalterna, pode ser escutada, que não apenas pelo grito?

Essa colocação da trabalhadora nos fez recordar o estigma da negra raivosa, que hooks (2015) menciona e que está a serviço de deslegitimar todo o discurso da mulher negra, além de justificar que ela permaneça como objeto da fala dos outros sujeitos, pois ela se mostra como uma incapaz. Por esse viés da negra raivosa, o ato da trabalhadora negra gritar no seu espaço de trabalho pode ser entendido como um reflexo da sua própria

inadequação e não uma maneira dela denunciar o quão opressora poderia ser essa experiência laboral, que tem na sua composição o racismo estrutural.

É importante que se coloque em análise a dimensão do trabalho como atividade—ou seja, aquele que acontece na microgestão dos processos de trabalho—para, assim, racializar essa discussão. Portanto, podemos problematizar de que maneira o racismo estrutural se faz presente e diz das estratégias que as trabalhadoras negras precisam operar diariamente para realizarem seu trabalho, bem como quais são os desafios que encontram para poderem ser reconhecidas em sua potencialidade de contribuir para a história de seu ofício. Suspeita-se que, na mesma relação de entendimento de que devemos discutir para além do lugar de fala, devemos ampliar a discussão para o ato da escuta. Ou seja, o ato da escuta consiste em analisar e problematizar as sutilezas racistas que operam no cotidiano do trabalho.

Por uma Clínica do Trabalho antirracista

Na direção de fortalecer a importância do debate racial no âmbito do trabalho é pertinente problematizar como as questões raciais são tomadas—ou não—como problemáticas Clínicas do Trabalho. Importa analisar como as questões de raça e gênero vêm sendo consideradas por entre a experiência do trabalho como atividade, trazendo ao debate as estratégias criadas para se manterem trabalhando e agindo no trabalho, ainda que em meio às tentativas de constrangimentos que podem ocorrer por meio de práticas e discursos racistas, como desqualificar, humilhar, silenciar e invisibilizar. Práticas que recusam reconhecer as peculiaridades de investimento no ofício por parte de trabalhadoras e trabalhadores negras e negros.

“Eu vou te contar, e tu vai acreditar”. Com essa frase uma das professoras negras participantes da pesquisa iniciou sua narrativa, contando sua trajetória de vida e profissional, enquanto problematizamos juntas, ao longo dos encontros individuais e grupais, como se dá a experiência de microgestão dos processos de trabalho para as professoras negras, em meio ao racismo estrutural que marca a história do ofício docente. Ao longo desses encontros com as docentes participantes da pesquisa, nos certificamos que a ausência do debate racial em Clínicas do Trabalho tratava-se da atuação do Pacto Narcísico da Branquitude (BENTO, 2002) no âmago do ofício, tornando-o terreno fértil para reatualizações de violência racista.

Ao longo da pesquisa, pude constatar que a violência racista no âmbito laboral constrangia o poder de ação das professoras por meio de práticas de deslegitimação da

contribuição das docentes negras ao gênero da profissão, posicionando suas estilizações, que nomeio como estilizações marginais (OLIVEIRA, 2021), como transgressões individuais. Nomeamos como estilizações marginais aquelas realizadas pelas docentes negras por se caracterizarem como deslocamentos propostos e efetuados pelas educadoras no ofício docente na direção de renovar e expandir o poder de ação do trabalho docente e dos educadores. O que parece ser uma característica dessas estilizações marginais são os meios pelos quais elas se articulam, para se afirmarem. Parecem ser estilizações em constantes deslocamentos, a fim de construir uma pluralidade de espaços possíveis e para existirem (chão de escola, espaços de formação de professores), em busca da vitalização do ofício docente ancorado em valores antirracistas.

As estilizações marginais se mostraram cruciais para as professoras negras, pois é por meio delas que as educadoras se reconhecem no ofício docente, na busca de um trabalho bem-feito, um reconhecer-se em sua atividade (CLOT, 2010). Conforme as educadoras as praticam, elas afirmam a pertinência de um exercício da docência comprometido com a luta antirracista e não com os valores da branquitude.

O que parecia uma pista mostrou-se pertinente: o tensionamento das Clínicas do Trabalho na direção de um fazer comprometido com uma prática antirracista. Propor o debate racial em Clínicas do Trabalho é se comprometer com um fazer clínico que escute, veja e problematize as práticas de violência racista que conformam o cotidiano do trabalho e do próprio ofício.

Visibilizar a questão racial e a violência racista cotidiana no trabalho como uma problemática clínica do trabalho demanda construir junto com os trabalhadores e as trabalhadoras negros e não negros estratégias de engajamento na luta antirracista, visto que esse é um embate que não deve ser exclusivo dos trabalhadores e das trabalhadoras negras. Sabemos que o trabalho pode se tornar um processo adoecedor no momento em que não permite uma expansão do poder de ação dos seus trabalhadores, e os aprisiona em tarefas esvaziadas de funcionalidade, que se sustentam no cultivo de afetos tristes - como o que se produz em relações no trabalho que atualizam práticas racistas.

As engrenagens racistas presentes no ofício docente barram as estilizações que perturbam a maquinaria racista do gênero profissional docente, garantindo assim que a renovação do ofício docente se mantenha aliançada com os valores da branquitude. Apontar esse mecanismo racista que compõe o ofício docente só é possível quando nos propomos à feitura de uma Clínica da Atividade comprometida com a luta antirracista.

Referências

- ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BARROS, M. E.; AMADOR, F. S. Clínicas do trabalho: abordagens e contribuições da análise institucional ao problema clínico do trabalho. *Trabalho & Educação*, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 55—69, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9638>. Acesso em: 17 abr. 2021.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 2002. 169 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Instituto de Psicologia, Usp, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/pt-br.php>. Acesso em: 17 abr. 2021.
- CANGUILHEM, Georges. *O Conhecimento da vida*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco antirracista. *Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv*, Manizales, v. 8, n. 1, p. 607-630, Jan.2010. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2010000100028&lng=en&nrm=iso>. Acesso: em 4fev.2021.
- CASTELAR, Marilda et al. Brinquedos e brincar na vida de mulheres educadoras negras. *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá, v. 19, n. 3, p. 595-602, Dec.2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572015000300595&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 8fev. 2021. <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2015/0193911>.
- CLOT, Yves. O ofício como operador de saúde. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 1, 30 jun. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/77855>. Acesso em: 17 abr. 2021.
- CLOT, Yves. *Trabalho e poder de agir*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.
- Conselho Federal de Psicologia. *Relações Raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os*. Brasília: CFP, 2017.
- COSTA, Joaze Bernardino. Colonialidade e interseccionalidade: o trabalho doméstico no Brasil e seus desafios para o século XXI. in: SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira (org.). *Igualdade racial no Brasil — reflexões no ano internacional dos afrodescendentes*. Brasília: IPEA, 2013.
- DE PAULA SOUZA, Tadeu; DAMICO, Jose Geraldo; DE CAMARGO DAVID, Emiliano. Paradoxos das políticas identitárias:(des) racialização como estratégia quilombista do comum. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, v. 42, n. 3, p. e56465-e56465, 2020.

- EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre (vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (org.). *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora*. João Pessoa: Idéia, p. 202, 2005.
- GUIMARÃES, Maria Beatriz et al. As práticas integrativas e complementares no campo da saúde: para uma descolonização dos saberes e práticas. *Saúde e Sociedade*, v. 29, 2020.
- GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educação e Sociedade*, v. 33, n. 120, p. 727-744, 2012.
- GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, v. 31, p. 25-49, 2016.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, June2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 8fev.2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>.
- HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, [S.L.], n. 16, p. 193-210, abr. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522015000200193&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 17 abr. 2021.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. São Paulo: Editora Cobogó, 2019.
- MONTEIRO, Simone; CECCHETTO, Fátima. Cor, gênero e classe: dinâmicas da discriminação entre jovens de grupos populares cariocas. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 32, p. 301-329, June2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332009000100010&lng=en&nrm=iso>. access on 08Feb.2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332009000100010>.
- MONTEIRO, Simone Souza; VILLELA, Wilza Vieira; SOARES, Priscilla da Silva. É inerente ao ser humano! A naturalização das hierarquias sociais frente às expressões de preconceito e discriminação na perspectiva juvenil. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 421-440, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312014000200421&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 8fev.2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312014000200006>.
- NEVES, José Mário d'Avila; FONSECA, Tania Mara Gali. Atividade: um conceito na intercessão das clínicas do trabalho e da filosofia da diferença. In: SILVA, Claudia Osório da; ZAMBONI, Jésio; BARROS, Maria Elizabeth Barros de (org.). *Clínicas do Trabalho e análise institucional*. Rio de Janeiro: Nova Aliança Editora e Papéis, p. 65- 101, 2016.
- OLIVEIRA, Tatiane. *Racializar o problema clínico do trabalho: professoras negras e experiência do trabalho como atividade na educação básica*. 2021. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, UFRGS, Porto Alegre, 2021.

ROCHA, Cháris Telles Martins da; AMADOR, Fernanda Spanier. A respeito do conceito de experiência na clínica da atividade. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*. v. 13, n. 2, 2018. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/e2642/1918 Acesso em: 17 abr. 2021.

SILVA, Francisco Rômulo do Nascimento; OLIVEIRA, Patrícia Maria Apolônio de. Quando a mulher negra subalterna fala: diálogos entre Gayatri Chakravorty Spivak e Carolina Maria de Jesus. Disponível em: <http://isociologia.up.pt/sites/default/files/working-papers/WP%2074.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUZA, Tadeu de Paula; DAMICO, José Geraldo; DAVID, Emiliano de Camargo. Paradoxos das políticas identitárias: (des)racialização como estratégia quilombista do comum. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 42(3), 2020. Disponível em: e56465. <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v42i3.56465> Acesso em: 3 de out. 2021.

Tatiane Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Fernanda Spanier Amador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
E-mail: feamador@uol.com.br